



COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
Circulante		236.137	151.028	Circulante		435.098	311.201
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	135.961	97.207	Salários, provisão e encargos sociais.....	15	54.413	53.061
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	24.371	13.518	Fornecedores e prestadores de serviços.....		45.529	30.909
Contas a receber de clientes, líquidas	7	48.563	33.656	Impostos e contribuições	16	18.978	20.731
Estoques.....		549	631	Empréstimos e financiamentos.....	17	-	3.198
Créditos tributários.....	8	14.383	356	Plano de pensão	19	70.447	62.279
Despesas antecipadas.....		125	140	Obras efetuadas por arrendatários	20	15.580	14.491
Outros créditos.....		12.185	5.520	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	202.836	105.025
				Outras obrigações		27.315	21.507
Não Circulante		2.906.454	2.819.151	Não Circulante		1.331.583	1.260.603
Realizável a Longo Prazo		1.181.464	1.175.849	Plano de pensão	19	10.843	22.897
Contas a receber de clientes, líquidas	7	816.092	806.460	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	185.726	288.238
Partes relacionadas.....	9	4.970	6.900	Receita diferida.....	22	383.626	398.564
Depósitos judiciais	11	80.120	86.906	Obras efetuadas por arrendatários	20	134.884	139.967
Bens destinados à alienação.....	10	2.113	3.123	Créditos da União para aumento de capital.....	21	586.847	385.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	30.1	265.484	267.529	Outras obrigações		29.657	25.748
Outros créditos.....		12.685	4.931	Patrimônio Líquido		1.375.910	1.398.375
Imobilizado	12	1.709.734	1.632.969	Capital social.....	23	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	15.256	10.333	Prejuízos acumulados.....		(38.190)	(15.725)
TOTAL DO ATIVO		3.142.591	2.970.179	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.142.591	2.970.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SANTOS' and 'D'.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015
(em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de ações)

	Nota	2016	2015
Receita líquida	24	740.486	810.704
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	25	(489.331)	(439.575)
Lucro bruto.....		251.155	371.129
Outras receitas (despesas) operacionais		(238.934)	(412.552)
Despesas administrativas e gerais	26	(220.245)	(196.064)
Outras receitas operacionais	28	3.751	1.733
Outras despesas operacionais	29	(22.440)	(218.221)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		12.221	(41.423)
Resultado financeiro		(27.675)	(32.081)
Receitas financeiras	27	48.881	27.114
Despesas financeiras	27	(76.556)	(59.195)
Prejuízo operacional.....		(15.454)	(73.504)
Imposto de renda e Contribuição Social.....		(7.011)	(21.419)
Corrente	30.2	(4.966)	(50.689)
Diferido.....	30.2	(2.045)	29.270
Prejuízo do exercício.....		(22.465)	(94.923)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,08)	(0,35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2014	1.347.074	28.306	50.892	-	1.426.272
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	67.006	-	-	-	67.006
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	20	-	-	-	20
Resultado do exercício.....	-	-	-	(94.923)	(94.923)
Compensação do prejuízo com reserva legal.....	-	(28.306)	-	28.306	-
Compensação do prejuízo com reserva de retenção de lucros.....	-	-	(50.892)	50.892	-
SALDOS EM 31/12/2015	1.414.100	-	-	(15.725)	1.398.375
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	-	-	-	-	-
Resultado do exercício.....	-	-	-	(22.465)	(22.465)
SALDOS EM 31/12/2016	1.414.100	-	-	(38.190)	1.375.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SUP
Handwritten signatures and initials in blue ink.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	809.826	819.331
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(243.388)	(218.938)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(279.795)	(369.222)
Valores pagos de encargos sociais	(83.029)	(75.554)
Valores pagos de contingências	(44.966)	(23.049)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(81.047)	(87.111)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(15.588)	(41.983)
Valores pagos de juros	(3.146)	(1.739)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(13.060)	21.804
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	45.807	23.539
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(131.267)	(219.997)
Aquisição de intangível	(5.043)	(5.235)
Alienação de imobilizado	666	166
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos ..	(135.644)	(225.066)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(3.336)	(2.978)
Recursos de acionistas	131.927	248.960
Juros sobre capital próprio pagos	-	(5.144)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	128.591	240.838
Aumento (redução) nas disponibilidades	<u>38.754</u>	<u>39.311</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	97.207	57.896
Saldo final de caixa e equivalentes	135.961	97.207
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	<u>38.754</u>	<u>39.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas (Despesas)	833.433	874.315
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	513.046	508.090
Arrendamentos operacionais e aluguéis	326.343	407.942
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.230)	(39.781)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(726)	(1.936)
Insumos adquiridos de terceiros	(301.455)	(411.948)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(255.277)	(210.364)
Outros custos	(46.178)	(201.584)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	531.978	462.367
Depreciação e amortização	(38.062)	(37.896)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	493.916	424.471
Valor adicionado recebido em transferência	48.881	27.114
Receitas financeiras	48.881	27.114
Valor adicionado a distribuir	542.797	451.585
Distribuição do valor adicionado	542.797	451.585
<u>Pessoal</u>	322.897	304.628
Remuneração direta	227.484	217.982
Benefícios	32.220	28.478
Benefícios pós-emprego	26.624	25.134
FGTS	18.618	17.289
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	15.581	13.353
Honorários da diretoria	2.370	2.392
<u>Tributos</u>	155.061	171.224
Federais	133.438	180.210
IRPJ e CSLL diferidos	2.045	(29.270)
Estaduais	4.964	5.352
Municipais	14.614	14.932
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	87.304	70.656
Despesas financeiras	76.556	59.195
Aluguéis	10.748	11.461
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	(22.465)	(94.923)
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(22.465)	(94.923)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Sup', 'A. Z.', and 'clp'.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de reais)

1 - Base de cálculo		2016		2015			
Receita líquida (RL)			740.486		810.704		
Resultado operacional (RO)			(15.454)		(73.504)		
Folha de pagamento bruta (FPB)			227.486		217.983		
2 - Indicadores sociais internos			% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	16.309	7,17%	2,20%	14.056	6,45%	1,73%	
Encargos sociais compulsórios	84.121	36,98%	11,36%	76.580	35,13%	9,45%	
Previdência privada	17.574	7,73%	2,37%	16.631	7,63%	2,05%	
Saúde	14.027	6,17%	1,89%	12.281	5,63%	1,51%	
Segurança e medicina no trabalho	177	0,08%	0,02%	254	0,12%	0,03%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	475	0,21%	0,06%	825	0,38%	0,10%	
Creches ou auxílio - creche	108	0,05%	0,01%	100	0,05%	0,01%	
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Transporte	1.021	0,45%	0,14%	1.008	0,46%	0,12%	
Bolsa/estágio	1.812	0,80%	0,24%	1.458	0,67%	0,18%	
Outros	1.750	0,77%	0,24%	1.509	0,69%	0,19%	
Total - Indicadores sociais internos	137.374	60,39%	18,55%	124.702	57,21%	15,38%	
3 - Indicadores sociais externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	150	-0,97%	0,02%	446	-0,61%	0,06%	
Esporte	38	-0,25%	0,01%	100	-0,14%	0,01%	
Outros	-	0,00%	0,00%	450	-0,61%	0,06%	
Total das contribuições para a sociedade	188	-1,22%	0,03%	996	-1,36%	0,12%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	103.976	-672,78%	14,04%	155.486	-211,52%	19,18%	
Total - Indicadores sociais externos	104.164	-674,01%	14,07%	156.482	-212,89%	19,30%	
4 - Indicadores ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	750	-4,85%	0,10%	694	-0,94%	0,09%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-	
Total de investimentos em meio ambiente	750	-4,85%	0,10%	694	-0,94%	0,09%	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75% () não possui metas (x) cumpre 51% a 75%	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75%	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75%	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75%	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75%	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75%	
5 - Indicadores do corpo funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período	1530			1489			
Nº de admissões durante o período	130			14			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	984			1057			
Nº de estagiários(as)	134			110			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	870			889			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	193			186			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,44%			5,26%			
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	363			336			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,33%			2,63%			
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	11			13			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2016		Metas 2017			
Relação entre a maior e a menor remuneração		24,98		-			
Número total de acidentes de trabalho		9		-			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção (x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve () segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve () seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT	() todos(as) empregados(as)		
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)		
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados () são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados () serão sugeridos	(x) serão exigidos	() todos(as) empregados(as)		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve (x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá (x) apoiará	() organizará e incentivará	() todos(as) empregados(as)		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 11	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -	
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 81,81%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -	
Valor adicionado total a distribuir	em 2016: 542.797		em 2015: 451.585				
Distribuição do valor adicionado	28,57% governo; 0,00% acionistas; 16,08% terceiros; (4,14)% retido	59,49% empregados(as);	37,92% governo; 0,00% acionistas; 15,64% terceiros; (21,02) retido	67,46% empregados(as);			

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

em milhares de reais, exceto pela nota nº 31

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em 29/12/2015, foi assinado o Convênio nº 01/2015, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data da assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna-SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante,



exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 17.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Os contratos possuem, também, cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 18.

Imposto de Renda e contribuição social – corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240.

O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

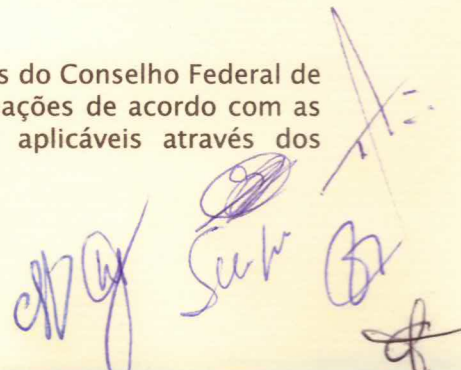
Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:



CPC 33 - Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	20.203	13.988
Aplicações financeiras	115.758	83.219
Total	<u>135.961</u>	<u>97.207</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	12.508	11.403	104,02% do CDI
Fundo de Renda fixa - CEF	103.250	71.816	103,63% do CDI
Total	<u>115.758</u>	<u>83.219</u>	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 21 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2016.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

No decorrer do ano de 2016 a empresa liquidou obrigações contratuais com recursos oriundos das suas atividades operacionais, e que deveriam ter sido encaminhados pelo Tesouro Nacional através do Sistema de Administração Financeira - SIAFI, conforme as ações previstas nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Em 31/12/2016 a empresa é credora do valor de R\$ 41 (R\$ 29.158 em 2015).

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a receber de serviços prestados	1.256.928	1.233.703
(-) Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa	(392.273)	(393.587)
Total	864.655	840.116
Curto prazo	48.563	33.656
Longo prazo	816.092	806.460

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 93,79% do valor do contas a receber (93,36% em 2015). O débito em questão decorre do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02.09.2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000 e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foi estipulado os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015, entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. A provisão para perdas estimadas com esse arrendatário conforme parecer da Superintendência Jurídica não necessita de redimensionamento em função da transferência do litígio à arbitragem.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo negativo de IRPJ	10.957	-
Saldo negativo de CSLL	2.963	-
Outros créditos tributários	463	356
Total	<u>14.383</u>	<u>356</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

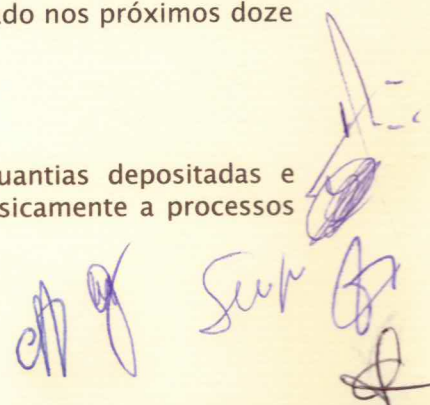
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	32.962	29.907
Ministério do Planejamento	-	47
Ministério da Fazenda	14	18
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14	6
Advocacia Geral da União	-	3
Ministério do Trabalho e Emprego	171	146
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	(28.191)	(23.227)
Total	<u>4.970</u>	<u>6.900</u>

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado e classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.



12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

12.1 - COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVOS

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2016
Mobiliário em Geral	3.299	209	-	(658)	(1)	2.849
Veículos	1.254	-	-	(114)	-	1.140
Máquinas Motores e Aparelhos	9.633	420	-	(1.322)	738	9.469
Equipamentos Diversos	1.073	150	(19)	(182)	-	1.022
Outros Bens Móveis	199	113	-	(25)	-	287
Equipamentos de Informática	7.787	1.414	-	(1.745)	(44)	7.412
Edifícios	34.435	-	(288)	(1.179)	-	32.968
Instalações	160.498	16.296	(18)	(4.669)	348.885	520.992
Obras em Andamento	476.853	93.244	-	-	(348.923)	221.174
Terrenos Desapropriação	4.424	-	-	-	-	4.424
Bens Móveis para Fins Industriais	8.097	11	(253)	(1.035)	27	6.847
Bens Imóveis para Fins Industriais	40.073	-	-	(3.257)	-	36.816
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	195.247	40	-	(10.440)	38	184.885
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	23.682	-	-	(1.010)	-	22.672
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	571.981	-	-	(9.638)	-	562.343
Total	1.632.969	111.897	(578)	(35.274)	720	1.709.734

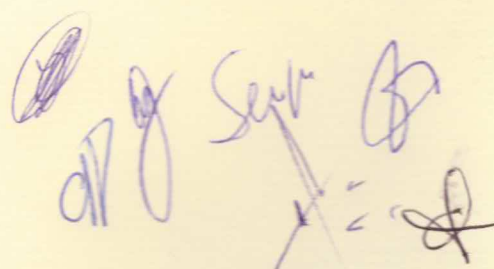
Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2015
Mobiliário em Geral	3.494	436	(14)	(549)	(68)	3.299
Veículos	341	1.066	-	(52)	(101)	1.254
Máquinas Motores e Aparelhos	9.582	1.598	(35)	(1.165)	(347)	9.633
Equipamentos Diversos	1.226	31	(2)	(182)	-	1.073
Outros Bens Móveis	216	10	(8)	(18)	(1)	199
Equipamentos de Informática	9.334	1.699	-	(3.119)	(127)	7.787
Edifícios	35.626	-	-	(1.191)	-	34.435
Instalações	164.188	161	(15)	(3.829)	(7)	160.498
Obras em Andamento	399.901	208.760	-	-	(131.808)	476.853
Terrenos Desapropriação	4.424	-	-	-	-	4.424
Bens Móveis para Fins Industriais	10.842	-	(802)	(1.249)	(694)	8.097
Bens Imóveis para Fins Industriais	43.333	1	(5)	(3.255)	(1)	40.073
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	129.427	129	-	(9.608)	75.299	195.247
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	24.695	-	-	(1.013)	-	23.682
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	-	-	-	51.840	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	581.619	-	-	(9.638)	-	571.981
Total	1.460.842	213.891	(881)	(34.868)	(6.015)	1.632.969

12.2 - POR TEMPO DE VIDA ÚTIL ESTIMADA

Vida útil Estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2016
Até 5 anos (*)	379.393	(32.064)	347.329
6 - 10 anos	42.315	(23.365)	18.950
11 - 15 anos	100.651	(65.451)	35.200
16 - 20 anos	312.451	(94.662)	217.789
21 - 25 anos	17.772	(15.680)	2.092
26 - 30 anos	70.346	(47.730)	22.616
31 anos em diante	1.234.803	(169.045)	1.065.758
Total	2.157.731	(447.997)	1.709.734

Edifícios e Benfeitorias	46.253	(13.286)	32.967
Equipamentos e Outros Bens	207.236	(141.392)	65.844
Obras de Infraestrutura	1.899.818	(293.319)	1.606.499
Terrenos	4.424	-	4.424
Total	2.157.731	(447.997)	1.709.734

(*) Incluso o montante R\$ 333.834 não depreciável.



13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 15.256 (R\$ 10.333 em 2015) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-16 a 01-05-17.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

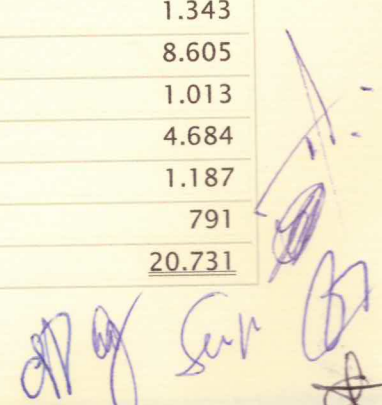
	2016	2015
Riscos operacionais	421.725	421.725
Automóveis	8.800	11.400
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	2016	2015
Salários a pagar	12.326	10.871
Provisão de férias	33.270	32.230
Encargos sociais	8.817	8.008
Outros	-	1.952
Total	<u>54.413</u>	<u>53.061</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	368	314
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	2.325	2.794
Retenção para seguridade social - INSS	1.116	1.343
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.415	8.605
Programa de integração social - PIS	718	1.013
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	3.403	4.684
Imposto sobre serviços - ISS	1.633	1.187
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	791
Total - Curto prazo	<u>18.978</u>	<u>20.731</u>



17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2016	2015
<i>Moeda estrangeira</i>	lene		
Financiamento imobilizado	Var. Cambial+3,25%	-	<u>3.198</u>
Curto prazo		-	3.198
Longo prazo		-	3.198

Contrato de Financiamento, com aval do Governo Brasileiro, firmado com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais, sendo efetuado o pagamento da última parcela em 20/09/2016.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

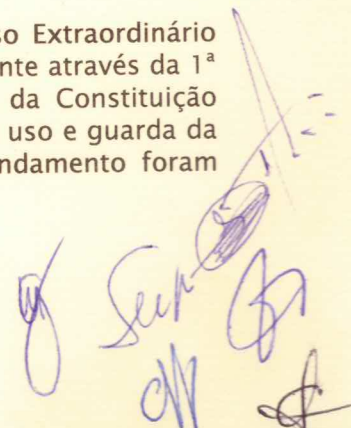
NATUREZA	2016	2015
Provisão cível (i)	193.638	213.805
Provisão trabalhista (ii)	194.924	179.458
Provisão Tributária	-	-
Total	<u>388.562</u>	<u>393.263</u>
Curto prazo	202.836	105.025
Longo prazo	185.726	288.238

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2016, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 265.061 (R\$ 241.128 em 2015) e para processos cíveis R\$ 39.334 (R\$ 35.119 em 2015).

O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.



19. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.704.781 (R\$ 1.744.823 em 2015), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2016, foram no montante de R\$ 17.978 (R\$ 16.860 em 2015).

20. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

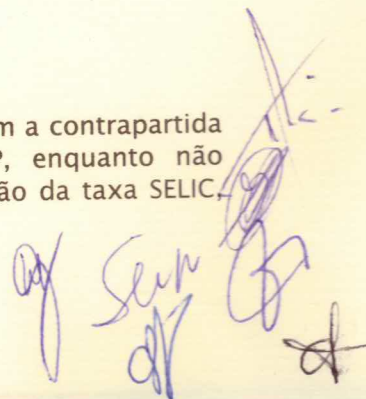
Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrado no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	2016	2015
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	138.435	141.579
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	12.029	12.879
Total			150.464	154.458
Curto Prazo			15.580	14.491
Longo Prazo			134.884	139.967

21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.



	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	385.189	168.079
Aumento de capital no exercício	-	(67.006)
Créditos da UNIÃO no exercício	140.773	248.939
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	60.885	35.177
Saldo em 31 de dezembro	<u>586.847</u>	<u>385.189</u>

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R\$ 24.959 (R\$ 24.221 em 2015), conforme composição abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	398.564	419.742
Receita diferida no exercício	10.021	3.043
Apropriação à receita no exercício	(24.959)	(24.221)
Saldo em 31 de dezembro	<u>383.626</u>	<u>398.564</u>

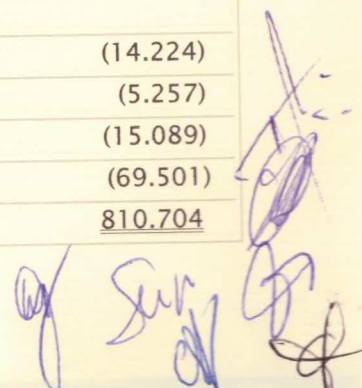
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2016 é representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	378.699	378.622
- Utilização da infraestrutura terrestre	93.142	87.451
- Fornecimento de energia	27.024	29.211
- Outras receitas	11.848	11.549
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e alugueis	326.344	407.942
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(14.308)	(14.224)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(4.864)	(5.257)
- Programa de integração social - PIS	(13.807)	(15.089)
- Contrib. financiamento seguridade social - COFINS	(63.592)	(69.501)
Total	<u>740.486</u>	<u>810.704</u>



25. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	179.758	172.763
Encargos sociais	60.279	56.995
Serviços de terceiros	193.362	154.799
Depreciação	38.062	37.896
Aluguéis	4.925	4.336
Utilidades e serviços, materiais	12.945	12.786
Total	<u>489.331</u>	<u>439.575</u>

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

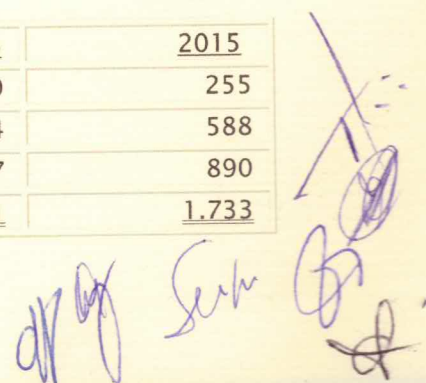
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	106.570	98.832
Encargos sociais	23.236	19.100
Serviços de Terceiros	19.045	15.293
Aluguéis	5.823	7.125
Utilidades e serviços, materiais	11.932	12.113
Outras despesas	53.639	43.601
Total	<u>220.245</u>	<u>196.064</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	29.155	12.625
Rendimentos de aplicações financeiras	19.108	13.433
Outras	618	1.056
Subtotal	<u>48.881</u>	<u>27.114</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(13.300)	(21.115)
Juros pagos ou incorridos	(63.256)	(38.080)
	<u>(76.556)</u>	<u>(59.195)</u>
Resultado Financeiro, líquido	<u>(27.675)</u>	<u>(32.081)</u>

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reversão de provisões	2.150	255
Venda de ativo imobilizado	104	588
Diversas	1.497	890
Total	<u>3.751</u>	<u>1.733</u>



29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Provisão por insuficiência atuarial – Plano de pensão	6.616	110.485
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	6.903	64.742
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.544	40.037
Outras	2.377	2.957
Total	22.440	218.221

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

30.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais. Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.373	133.820
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	132.111	133.709
Impostos diferidos	265.484	267.529

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

2017	68.964
2018	9.472
2019	15.787
2020	58.956
2021 em diante	112.305

30.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

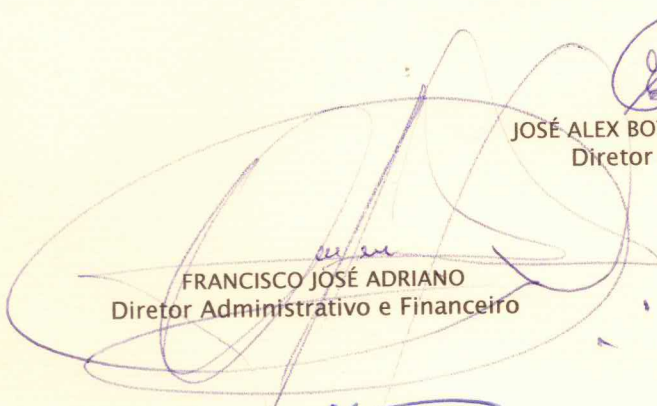
Reconciliação da despesa de IR e CSLL e taxa efetiva	2016	2015
Lucro Antes do Imposto de Renda	(15.561)	(73.504)
34% alíquota oficial de Imposto de Renda e CSLL (Adições) e exclusões permanentes	5.291	24.992
Incentivos fiscais	108	1.070
Outras exclusões permanentes	24	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(4.987)	(40.344)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(125)	(140)
Outras adições permanentes	(7.321)	(1.224)
Total dos ajustes	(12.302)	(40.614)
Imposto de Renda contabilizado	(7.011)	(15.622)
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	(3.553)	(36.878)
Contribuição social corrente	(1.413)	(13.810)
Imposto de renda diferido no ano	(2.045)	29.270
Imposto de renda diferido de exercícios anteriores	-	5.797
Total	(7.011)	(15.622)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	-45,05%	-21,25%



31. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2016) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	em reais
- maior remuneração	37.332,80
<u>EMPREGADOS</u>	
- maior remuneração	34.899,13
- menor remuneração	1.396,66
- salário médio	11.130,12



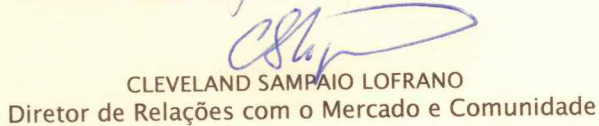
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor Administrativo e Financeiro



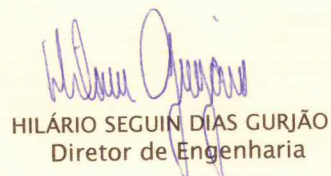
JOSÉ ALEX BOTELHO DE OLIVA
Diretor Presidente



CELINO FERREIRA DA FONSECA
Diretor de Operações Logísticas



CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade



HILÁRIO SEGUIN DIAS GURJÃO
Diretor de Engenharia



EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro



MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP135973/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Conforme Nota Explicativa nº 19, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras companhias do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de **(i)** 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e **(ii)** o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por companhia contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.704.781 mil (R\$ 1.744.823 mil em 2015), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. As contribuições da companhia com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2016, foram no montante de R\$ 17.978 mil (R\$ 16.860 mil em 2015 e R\$ 15.258 mil em 2014). A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade. No decorrer de 2015 foi concluído o pagamento do valor incontroverso de R\$ 209.347 mil, ajustado entre o fundo de pensão e a CODESP em processo judicial, sem prejuízo do juízo para conhecer e julgar a demanda judicial.

Considerando que a companhia é patrocinadora desse plano de pensão multipatrocinado de benefício definido e que os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, **o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado** nas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima e na Nota Explicativa nº 19, existe uma demanda judicial entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP e a PORTUS – Instituto de Seguridade Social.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Pagamento efetuado para o fornecedor Domain, autorizado pela administração da companhia, no valor de R\$ 1.209.689,34, a título de indenização para reequilíbrio econômico do contrato, para a empresa **Domain**, fornecedora de software e que ainda se encontra pendente de comprovação fiscal adequada e, portanto, o pagamento não foi contabilizado, estando pendente em conta transitória de saída.
2. A companhia não efetuou o teste de "impairment" para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC's TG 01 e 27. Não há, por outro lado, evidência de que a companhia tenha feito uma análise de perda por recuperabilidade nos últimos dois anos.
3. Não acompanhamos a contagem do estoque da companhia ao final do exercício de 2016, como determina a NBC TA 301, em virtude de a contratação da auditoria ter ocorrida já no ano de 2017. Considerando que os valores registrados no estoque são somente de material de consumo e que representam 0,22% do Ativo Circulante e 0,02% do valor do ativo total, utilizamos testes alternativos para validar o valor do estoque.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

- (1) Examinamos, também, a Demonstração do Valor Agregado – DVA, levantada em 31/12/2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e equiparadas, por ser de grande porte, nos termos da lei nº 11.638/2007 e considerada como informação suplementar pelo padrão IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- (2) Examinamos, também, o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaborado sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e, portanto, considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria elencados na NBC TA 805 e em nossa opinião está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- (3) As demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2015 foram auditadas por outra firma de auditoria e continha a mesma ressalva de 2016.

Ribeirão Preto (SP), 16 de fevereiro de 2017.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0

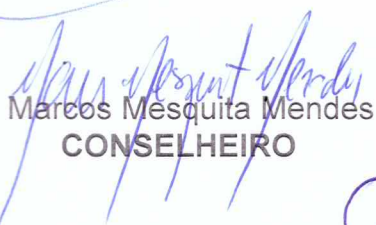
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, à vista do Parecer da AGUIAR FERES - Auditores Independentes, de 16.02.2017, cujo ponto ressaltado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 19. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas, ratificando a ressalva apontada pela Auditoria Independente e recomenda, em face do recorrente desequilíbrio econômico e financeiro da CODESP e do recorrente crescimento do passivo trabalhista, que sejam adotadas medidas saneadoras. O Conselho Fiscal ressalva ainda, o pagamento indevido à empresa DOMAIN CONSULTORES ASSOCIADOS EM INFORMATICA. - EPP a título de indenização, no valor de R\$1.209.689,34, apontado pela Auditoria Interna e pela Auditoria Externa.

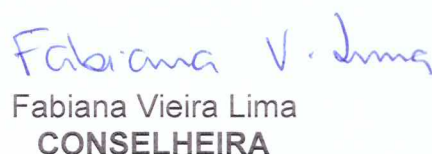
Santos, 06 de março de 2017.



Eduardo de Castro
PRESIDENTE



Marcos Mesquita Mendes
CONSELHEIRO



Fabiana Vieira Lima
CONSELHEIRA



Martin Aron
CONSELHEIRO

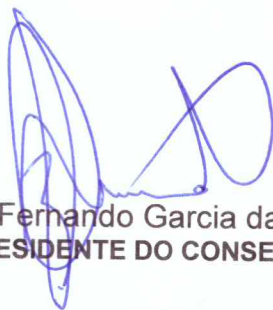


Marcello Eduardo Rattón Ferreira
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, recomendando o encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 06 de março de 2017.



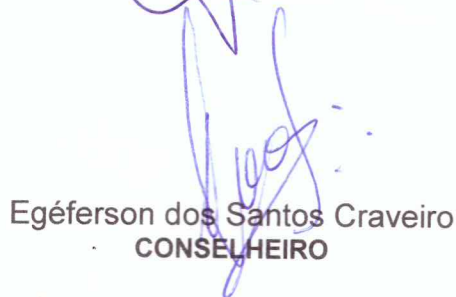
Luiz Fernando Garcia da Silva
PRESIDENTE DO CONSELHO



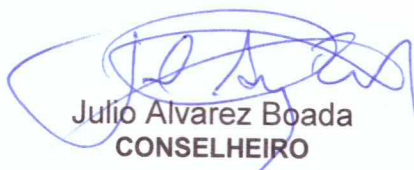
João de Andrade Marques
CONSELHEIRO



Noel Dorival Giacomitti
CONSELHEIRO



Egéferson dos Santos Craveiro
CONSELHEIRO



Julio Alvarez Boada
CONSELHEIRO



Marcio Calves
CONSELHEIRO